

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ORGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

SETOR REQUISITANTE: Setor de Engenharia

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: ANDRE JERONIMO MONTENEGRO,
Engenheiro Civil, CREA-BA Registro: 0522994822.

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

A Nova Lei de Licitações, nº 14.133/2021, estabeleceu o planejamento como princípio fundamental das contratações públicas, conferindo aos gestores instrumentos de governança e eficiência na aplicação dos recursos. Nesse contexto, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) surge como a primeira etapa do processo de contratação, sendo essencial para assegurar a viabilidade técnica e econômica da demanda e para embasar a elaboração do termo de referência, anteprojeto ou projeto básico. Trata-se de um instrumento que permite avaliar detalhadamente a necessidade apresentada e identificar no mercado a solução mais adequada, sempre em conformidade com as normas vigentes e os princípios da Administração Pública.

No caso específico, o presente ETP visa verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução de uma obra de ampliação do Estádio Municipal, localizado na sede do município de Esplanada - Bahia. Essa medida busca assegurar condições adequadas de infraestrutura, favorecendo o bom funcionamento e promovendo um ambiente mais acolhedor e apropriado às práticas esportivas.

Dessa forma, a contratação pretendida justifica-se como um passo essencial para a valorização do ambiente escolar e para a melhoria da qualidade da educação oferecida à comunidade. Ao unir planejamento rigoroso, observância legal e responsabilidade social, o ETP garante que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e que o esporte do município de Esplanada-BA disponha de infraestrutura adequada para atender às demandas da educação básica.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação de empresa especializada em engenharia civil justifica-se pela necessidade de execução da obra de ampliação do Estádio Municipal de Esplanada – Bahia, conforme estabelecido no Convênio nº 01/2026 – SUDESB/DG/DOEE, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

A ampliação do equipamento público se faz necessária em razão do crescimento da participação da população em atividades esportivas e eventos realizados no estádio,

bem como da insuficiência da infraestrutura atual para comportar o público com segurança, conforto e acessibilidade. Nesse sentido, a intervenção proposta busca aumentar a capacidade de público, melhorar as condições estruturais e funcionais do espaço, além de proporcionar um ambiente adequado à prática esportiva e ao convívio social.

Conforme descrito no memorial, a obra contempla a execução de diversos serviços de engenharia, incluindo administração da obra, serviços preliminares, infraestrutura, superestrutura, alvenaria, cobertura, revestimentos, instalações elétricas e implantação de sistema de iluminação em LED, todos em conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes e padrões de qualidade exigidos.

A contratação em regime que contemple o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos é imprescindível para garantir a adequada execução dos serviços, observando critérios de qualidade, segurança, eficiência e economicidade, além de assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos no convênio.

Dessa forma, a realização da obra contribuirá significativamente para o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer no município, promovendo inclusão social, incentivo à prática esportiva e melhoria da qualidade de vida da população, ao disponibilizar um espaço ampliado, seguro e devidamente estruturado para uso coletivo.

2 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A presente demanda refere-se à contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de ampliação do Estádio Municipal de Esplanada – Bahia, conforme Convênio nº 01/2026 – SUDESB/DG/DOEE, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários.

O Estádio Municipal, localizado na sede do Município de Esplanada – Bahia, necessita de obras de ampliação com o objetivo de aumentar sua capacidade de público e promover melhorias em sua infraestrutura, garantindo mais conforto, segurança e funcionalidade aos usuários. As condições atuais limitam a realização de eventos esportivos e o adequado atendimento à população, tornando essencial a execução da obra.

As principais intervenções contemplam a ampliação da estrutura física existente, incluindo melhorias nas áreas de circulação, adequação das instalações elétricas e hidráulicas, implantação de sistema de iluminação em LED, execução de novas estruturas de apoio, além do reforço na segurança patrimonial e acessibilidade, conforme normas técnicas vigentes. Também estão previstos serviços de infraestrutura, alvenaria, cobertura, revestimentos e demais etapas construtivas necessárias à plena funcionalidade do equipamento esportivo.

Destaca-se que a alternativa de utilização de outros espaços ou estruturas provisórias não se mostra viável, tendo em vista a inexistência de locais adequados que atendam

à demanda esportiva do município, além de implicar custos adicionais sem a devida economicidade. Dessa forma, a ampliação do estádio existente apresenta-se como a solução mais eficiente, sustentável e vantajosa para a Administração Pública.

A contratação pretendida permitirá a modernização do equipamento esportivo municipal, incentivando a prática esportiva, promovendo o convívio social e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, além de possibilitar a realização de eventos de maior porte no município.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A presente contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada em engenharia para execução da obra de ampliação do Estádio Municipal de Esplanada – Bahia, conforme estabelecido no Convênio nº 01/2026 – SUDESB/DG/DOEE, contemplando o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

A solução proposta consiste na ampliação da estrutura física do estádio, com o objetivo de aumentar sua capacidade de público, melhorar as condições de uso, conforto e segurança dos usuários, além de promover a valorização do espaço esportivo como ambiente de convivência social e incentivo à prática esportiva no município.

A execução da obra abrangerá, de forma integrada e contínua, todas as etapas da construção civil, iniciando-se pelos serviços preliminares, incluindo instalação de canteiro de obras, ligações provisórias de água e energia, locação da obra e implantação de estruturas de apoio. Na sequência, serão realizados os serviços de movimentação de terra, escavações e execução da infraestrutura, compreendendo fundações, blocos, vigas baldrame e demais elementos estruturais, obedecendo rigorosamente aos projetos e às normas técnicas vigentes.

A solução contempla ainda a execução de superestrutura e vedações, com utilização de concreto armado, alvenaria de blocos cerâmicos, revestimentos internos e externos, pisos, cobertura e impermeabilizações, garantindo durabilidade, funcionalidade e adequado desempenho das edificações. Serão também executados os sistemas de drenagem e captação de águas pluviais, assegurando o correto escoamento e evitando patologias construtivas.

No âmbito das instalações, estão previstos os serviços de instalações elétricas completas, incluindo quadros de distribuição, cabeamento, tomadas, iluminação interna e externa, bem como a implantação de sistema de iluminação em LED para o campo de futebol, proporcionando maior eficiência energética e melhor desempenho luminoso para a prática esportiva em períodos noturnos.

Adicionalmente, a solução inclui a implantação de sistemas de segurança, como instalação de concertina, e demais elementos necessários à proteção patrimonial e controle de acesso ao equipamento público.

A empresa contratada será responsável pela gestão integral da obra, incluindo administração local com profissional habilitado (engenheiro civil), supervisão técnica, cumprimento das normas de segurança do trabalho, fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como pela obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes.

A execução deverá seguir rigorosamente os projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, observando as normas da ABNT, legislações pertinentes e boas práticas da engenharia, garantindo qualidade, segurança e eficiência na entrega do objeto.

Dessa forma, a solução adotada apresenta-se como a mais adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, proporcionando a modernização e ampliação do Estádio Municipal, com impactos positivos no desenvolvimento esportivo, social e econômico do Município de Esplanada – Bahia.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

4.2 A fim do atendimento do objeto da contratação, é necessário o cumprimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.

4.3 É exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68), todos da legislação (Lei Federal 14.133/2021).

4.4 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.5 A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n.º 14.133/2021;

4.6 Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico e Executivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.7 Em sujeição às normas técnicas, os materiais utilizados na obra de implantação da Creche Referência em Educação Infantil devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

4.8 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.9 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a

responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

4.10 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na conclusão da obra.

4.11 Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

4.12 A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho.

4.13 A empresa também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.14 Orienta-se que, o prazo de vigência do contrato deverá ser superior ao de execução dos serviços para:

a) Amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato;

b) Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;

c) Englobar os recebimentos provisórios e definitivos.

4.15 A Licitante deverá garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o projeto básico e edital de contratação.

4.16 Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico.

4.17 A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.18 Esta contratação não tem caráter continuado, sendo interrompida após a finalização do serviço.

4.19 A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ocorrer prorrogações subsequentes ao tempo de duração inicial.

4.20 Requisitos Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências; e
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

4.21 Da Habilitação Jurídica:

- 4.21.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.21.2 No caso de sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.21.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.21.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.21.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 4.21.6 No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- 4.21.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 4.21.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.22 Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- 4.22.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 4.22.2 Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- 4.22.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.22.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.22.5 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.22.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.22.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.22.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.22.9 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.22.10 Certidão negativa de Cadastro Nacional de Condenações Cíveis autenticada por ato de improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público Federal;

4.22.11 Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP E CEPIM) e de agentes públicos (ePAD e CGU-PAD), emitidas pela Controladoria – Geral da União;

4.22.12 As certidões solicitadas nos itens 4.22.10 e 4.22.11 deverão ser emitidas em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do quanto disposto no artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992

4.23 Da Qualificação Econômico-Financeira:

4.23.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida no últimos 30 (trinta) dias;

4.23.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

4.23.3 Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.23.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

4.23.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

4.23.6 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.23.7 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

4.23.8 Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços.

4.24 Da Qualificação Técnica:

4.24.1 Certidão de Registro da **EMPRESA LICITANTE E DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS QUE ATUARÃO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** para com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU ou outro órgão equivalente, em plena validade.

4.24.2 **QUANTO À CAPACITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:** Comprovação de aptidão da Proponente para desempenho de atividade pertinente, compatível ou superior com o objeto do Edital, através de atestados, similares ou superiores aos do objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Os atestados serão considerados, quando devidamente certificados pelo CREA/CAU, através de carimbo de vinculação do mesmo, acompanhado (s) da Certidão de Acervo Operacional - CAO.

4.24.3 **QUANTO À CAPACITAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:** Comprovação de que a licitante possui em seu quadro funcional, na data de apresentação da proposta, **profissionais** de nível superior, engenheiro civil ou arquiteto, ou outros, reconhecidos pelo CREA e/ou CAU ou órgão competente, detentores de atestados e/ou registros de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA e/ou CAU ou órgão competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, que comprovem ter os profissionais executado os serviços descritos.

4.24.3.1 Será aceita a indicação do licitante possuir em seu quadro de profissionais, reconhecidos pelo CREA/CAU ou órgão competente, como responsáveis técnicos para execução da obra com as características prevista:

- **1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto; e**
- **1 (um) Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho.**

4.24.3.2 A comprovação de que os profissionais indicados para atendimento ao disposto na alínea “a” pertencem ao quadro da empresa poderá ser feita através de cópia autenticada da respectiva Carteira de Trabalho (CTPS), ou contrato de prestação de serviços, devidamente reconhecido firma de ambas as partes, ou contrato social no caso de sócios responsável técnico, ou pela certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.

4.24.3.3 Será necessária Declaração individual dos membros componentes da equipe técnica listados no item a) **autorizando sua indicação e responsabilidade para**

realização da Obras.

4.24.3.4 Somente, será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do contrato, por outro profissional de comprovada experiência equivalente ou superior, e desde que previamente aprovado pela Administração.

4.25 DA VISTORIA:

4.25.1 A vistoria será facultativa. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, podendo a licitante, caso desejar, realizar vistoria nas condições abaixo:

4.25.1.1 A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de um dia útil;

4.25.1.2 O Atestado de Vistoria será emitido pelo representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

4.25.1.3 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até dois dias úteis anteriores à data prevista para abertura do certame;

4.25.1.4 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato;

4.25.1.5 Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através do e-mail: licitacoescdslnab@gmail.com;

4.25.2 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.26 Documentos Complementares:

4.26.1 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

4.26.2 Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

4.26.3 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

4.26.4 Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

4.26.5 Cópia autenticada do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR nos moldes da NR-01 da Portaria SEPRT nº 6.735, de 10 de março de 2020 e Portaria SEPRT nº 8.873, de 23/07/2021 acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Os quantitativos estimados dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução da obra foram calculados com base no projeto básico elaborado, sendo considerada a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Dessa forma, tais estimativas têm como parâmetro a execução do objeto contratual e, para a definição do orçamento, foi feito levantamento técnico, estando disposto na planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial de cálculos, anexados a este documento.

Foram seguidas as diretrizes e especificações dos serviços exigidos, além das melhores práticas da engenharia civil. O objetivo foi garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de forma eficiente, com os recursos adequados para atender às necessidades do projeto e às exigências da obra.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133) exige, na prática, dois orçamentos: um preliminar e outro definitivo. O primeiro, para o ETP, é mais simples e sem pesquisa aprofundada de mercado; já o segundo, para o Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB), exige orçamento definitivo e rigoroso, que inclua o modelo de execução do objeto, as formas de recebimento e pagamento, os critérios de seleção do fornecedor, dentre outros dados que podem impactar diretamente o preço da contratação.

O conteúdo previsto para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar está expresso no § 1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/21 e, mais precisamente, no inciso VI temos a estimativa do valor da contratação, como transcrito a seguir: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Portanto, observando o preceito legal, na primeira etapa da fase preparatória, constituída pelo ETP, é necessária a realização da pesquisa de preços do mercado. O ETP visa ao estudo aprofundado da necessidade da Administração e à escolha da melhor solução para supri-la, podemos inferir que essa pesquisa de preços tem como objetivo possibilitar a comparação entre as distintas soluções pesquisadas e a conclusão acerca da viabilidade econômica de sua contratação.

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.241.772,41 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos)**, conforme anexos - Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, para um período de 90 (noventa) dias de execução da obra.

7 – PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação para execução da obra deverá ser realizada como objeto não divisível, sem parcelamento, garantindo que toda a responsabilidade fique concentrada em uma única empresa. Essa decisão se fundamenta na média complexidade do projeto e na necessidade de assegurar eficiência e controle durante a execução. A fragmentação dos serviços poderia comprometer o andamento da obra, já que as etapas são interdependentes e atrasos em uma fase impactariam diretamente as demais.

Do ponto de vista técnico, a centralização em um único contratado permite maior controle da execução, facilita a identificação de problemas e soluções e assegura a integridade do projeto. Além disso, possibilita o dimensionamento adequado dos materiais necessários, reduzindo perdas e ampliando a eficiência na aplicação dos recursos. A gestão unificada também garante maior segurança na atribuição de responsabilidades e no acompanhamento das etapas construtivas.

Sob a ótica econômica, o parcelamento não se mostra vantajoso, pois a tendência é que obras maiores apresentem custos reduzidos em função da diluição de despesas administrativas e de lucro. A divisão do objeto geraria perda de escala, não ampliaria a competitividade e poderia resultar em aumento de custos administrativos para a Administração, devido ao maior número de processos licitatórios e contratos a serem gerenciados.

Assim, recomenda-se que a licitação seja realizada em lote único, assegurando maior eficiência, celeridade e segurança na execução da obra. A contratação de uma única empresa concentra a responsabilidade, otimiza recursos e contribui para a entrega dentro dos prazos estabelecidos, representando a solução mais vantajosa para a Administração e garantindo a eficácia dos resultados pretendidos.

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

9 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

Atualmente, o município de Esplanada não dispõe de um Plano de Contratações Anual formalmente estruturado.

10 – RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação do Estádio Municipal de Esplanada – BA, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Ampliação da capacidade de público do estádio, proporcionando melhores condições para realização de eventos esportivos e comunitários;
- Melhoria da infraestrutura física existente, com a execução de novas estruturas, adequações e reforços, garantindo maior durabilidade e funcionalidade do equipamento público;
- Proporcionar mais conforto, acessibilidade e segurança aos usuários (atletas, torcedores e demais frequentadores), em conformidade com as normas técnicas vigentes;
- Implantação de sistemas modernos, incluindo melhorias nas instalações elétricas e iluminação em LED, assegurando maior eficiência energética e qualidade na iluminação do campo;
- Adequação das condições de uso do espaço, favorecendo o desenvolvimento de atividades esportivas, sociais e de lazer no município;
- Atendimento às normas da ABNT, legislação urbanística e requisitos de segurança do trabalho, reduzindo riscos durante e após a execução da obra;
- Valorização do patrimônio público municipal, com impacto positivo na imagem urbana e no incentivo ao esporte local;
- Estímulo ao convívio comunitário e à inclusão social, promovendo o uso do estádio como espaço de integração da população;
- Garantia de execução da obra com qualidade técnica, dentro dos padrões estabelecidos no projeto, assegurando eficiência, economicidade e durabilidade.

11 – PROVIDÊNCIAS:

A presente contratação se revela necessária, tendo o presente ETP evidenciado qual das soluções disponíveis no mercado apresenta melhor viabilidade técnica e econômica para satisfação do interesse público, sendo indicada para o presente caso, a realização de procedimento licitatório na modalidade Concorrência, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, como já referido alhures.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS:

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;

- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13 – CONCLUSÃO:

Após análise detalhada da demanda apresentada, bem como do memorial descritivo encaminhado, conclui-se que a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de ampliação do Estádio Municipal mostra-se **tecnicamente adequada, necessária e plenamente viável**.

O projeto contempla a ampliação da capacidade do equipamento público, além da melhoria da infraestrutura existente, promovendo melhores condições de conforto, segurança e acessibilidade aos usuários. Observa-se ainda que a proposta está alinhada com normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à construção civil, segurança do trabalho e desempenho estrutural, conforme evidenciado no memorial descritivo.

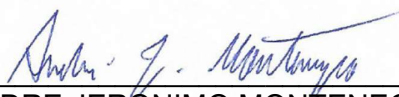
Do ponto de vista técnico, a solução apresentada demonstra coerência quanto aos métodos construtivos, especificações dos materiais, etapas de execução e atendimento às normas da ABNT, garantindo qualidade, durabilidade e segurança da obra. Ademais, há previsão de atendimento às exigências legais, como obtenção de licenças, alvarás e demais documentos necessários para regular execução do empreendimento.

Sob o aspecto do interesse público, a ampliação do estádio contribuirá significativamente para o fortalecimento das atividades esportivas e de lazer no município, incentivando o convívio social e o desenvolvimento comunitário.

Diante do exposto, **este Estudo Técnico Preliminar conclui pela VIABILIDADE e APROVAÇÃO da contratação**, considerando que a solução proposta atende de forma satisfatória às necessidades da Administração Pública, apresentando justificativa técnica consistente, compatibilidade com o interesse público e observância à legislação vigente.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providencias cabíveis.

Esplanada, 23 de março de 2026.



ANDRE JERONIMO MONTENEGRO,
Engenheiro Civil,
CREA-BA Registro: 0522994822